



Ex.ma Senhora  
Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas  
Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Requerimento para Audição do Centro de Ciências do Mar (CCMar) da Universidade do Algarve (Aditamento Req. 24)

Na sequência do pedido apresentado por uma empresa para a atribuição do título de atividade aquícola, relativo à instalação de um estabelecimento de culturas em águas marinhas, em mar aberto, destinada ao crescimento e engorda de mexilhão em regime extensivo, numa área total de 282 hectares, entre a Ponta do Barranco e a Praia da Salema, sob jurisdição marítima da Capitania de Lagos, em 2020, o promotor obteve pareceres negativos da Câmara de Vila do Bispo, e do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), que tutela o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, onde se insere a área de instalação da estrutura.

Em declarações ao -Diário do Algarve- Barlavento em 6 de fevereiro de 2020, a Câmara Municipal de Vila do Bispo manifestou-se contra aquele investimento. Por um lado defendeu que a atividade piscatória do concelho de Vila do Bispo, nas localidades de Sagres, Salema e Burgau é «o sustento de dezenas de famílias. Se contabilizarmos a atividade piscatória de Vila do Bispo e de outros concelhos como Lagos e Portimão, que exercem a sua atividade no local em discussão, esta medida pode prejudicar, diretamente, cerca de 250 famílias». Defendeu ainda, que «não é justificável, afastar uma atividade milenar, como a pesca artesanal (por exemplo, comprovada pelos vestígios Romanos da Boca do Rio), em detrimento de uma atividade recente, que funciona com os apoios e subsídios da União Europeia».

Por fim, a Câmara Municipal de Vila do Bispo lembra que «existem localizações alternativas no concelho, e em outros locais da região, que salvaguardam a coabitação das diferentes atividades marinhas. Sendo a atividade principal do concelho de Vila do Bispo o turismo, a pesca artesanal funciona, também, como um complemento a esta atividade, uma vez que transmite, a quem nos visita, os costumes das gentes locais e as tradições das suas comunidades (Sagres, Salema e Burgau)».

Também o Instituto da Conservação da Natureza (ICNF) afirmou “que não pode ignorar a possibilidade do impacto ambiental negativo da atividade aquícola, através da sua massificação, que influenciará, negativamente, toda a biodiversidade, isto é, a fauna e flora marinha autóctones. Assim, avançar, indiscriminadamente, com culturas em águas marinhas, num Parque Natural, levar-nos-á a um crime ambiental marinho, comparável, a nível terrestre, com a ocupação de estufas no perímetro de rega do Mira. Uma decisão errada,



e meramente economicista, prejudicará, definitivamente, o habitat e toda a biodiversidade do Parque Natural”.

Face a um novo pedido apresentado em condições similares, convém esclarecer quais os potenciais riscos que podem estar, ou não, associados a esta instalação.

Deste modo o GPPS, em aditamento ao Req.24 apresentado pelo GPCH “*Requerimento para audição urgente da Cooperativa dos Armadores de Pesca do Barlavento (Barlapescas) C.R.L e da Associação de Armadores de Pesca de Sagres sobre a exploração dos recursos marinhos na costa algarvia*”, vem requerer a Audição do Centro de Ciências do Mar (CCMar) da Universidade do Algarve, responsável em 2015 pelo projeto PescaMap.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2024

O Coordenador do GPPS

Nélson Brito